

Habitação e habitabilidade rurais

A habitação instiga uma reflexão sobre seu conceito, podendo ser interpretada apenas como a ação de habitar, bem como uma estrutura física caracterizada pela habitabilidade. Com o intuito de discutir e definir conceitos de habitação e habitabilidade a serem utilizados em comunidades rurais brasileiras, foi desenvolvida uma revisão sistemática de literatura, tomando por base o Portal de Periódicos da CAPES, e aplicaram-se critérios de elegibilidade, resultando em 37 artigos para análise e discussão. Os artigos analisados apresentaram pontos de vista sociológico, ambiental e sanitário para o conceito de habitação, denotando a necessidade de um olhar diferenciado a partir dos modos de vida de seus residentes. Isso conferiu à definição de habitação rural uma estrutura física multifuncional, com espaços internos e externos para moradia e apoio laboral. Dentro desse contexto, o conceito de habitabilidade rural atribui à habitação rural características adequadas às realidades do campo e às necessidades de seus residentes, garantindo uma arquitetura confortável, salubre, segura e com acesso a equipamentos e serviços públicos de qualidade. Os conceitos definidos nesta pesquisa para habitação e habitabilidade rurais se complementam e subentendem a qualidade de vida do residente rural, podendo ser utilizados em posteriores estudos nos campos do saneamento domiciliar e da saúde ambiental.

Palavras-chave: Domicílio; Residência; Comunidade; Assentamento; Quilombola.

Rural housing and habitability

Housing instigates a reflection on its concept, which can be interpreted only as the action of inhabiting, as well as a physical structure characterized by habitability. In order to discuss and define housing and habitability concepts to be used in Brazilian rural communities, a systematic literature review was developed, based on the CAPES Periodicals Portal, and eligibility criteria were applied, resulting in 37 articles for analysis and discussion. The articles analyzed presented sociological, environmental and sanitary points of view for the concept of housing, denoting the need for a differentiated look from the ways of life of its residents. This gave the definition of rural housing as a multifunctional physical structure, with internal and external spaces for housing and work support. Within this context, the concept of rural habitability attributes to rural housing characteristics appropriate to the realities of the countryside and the needs of its residents, ensuring a comfortable, healthy, safe architecture with access to quality public equipment and services. The concepts defined in this research of rural housing and habitability complement each other and imply the quality of life of rural residents. Then, it can be used in further studies in the fields of home sanitation and environmental health.

Keywords: Domicilie; Residence; Community; Settlement; Quilombola.

Topic: **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Meio Ambiente**

Received: **07/05/2022**

Approved: **29/05/2022**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Liziana de Sousa Leite 

Universidade Federal de Goiás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/0121163900203772>

<http://orcid.org/0000-0002-8040-9724>

lizianaleite@gmail.com

Paulo Sérgio Scalize 

Universidade Federal de Goiás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/0957896448117207>

<http://orcid.org/0000-0002-0833-7826>

pscalize@ufg.br

Karla Emmanuela Ribeiro Hora 

Universidade Federal de Goiás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6451685640638572>

<http://orcid.org/0000-0002-4410-3728>

karla_hora@ufg.br



DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2022.005.0015

Referencing this:

LEITE, L. S.; SCALIZE, P. S.; HORA, K. E. R.. Habitação e habitabilidade rurais. *Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, v.13, n.5, p.195-207, 2022. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2022.005.0015>

INTRODUÇÃO

A característica de ser habitável, dada a uma habitação, segue padrões definidos por cada área de conhecimento, pelos modos de vida da extensa cartografia social no Brasil e pelos diferentes contextos para os quais estão designados. Assim, na variabilidade dos conceitos de habitação e habitabilidade, são encontrados termos como domicílio, moradia, casa, lar, abrigo e unidade habitacional/domiciliar, de forma a serem semelhantes ou totalmente diferentes, segundo a visão de cada autor.

O conceito de habitação, discutido como uma simples estrutura predial, pode, em outro contexto, se transformar em uma estratégia de luta por território ou em uma ferramenta de expressão cultural, econômica e social, sendo seus residentes influenciadores e influenciados por aquele espaço. No espaço de uma habitação, cabe o armazenamento das ferramentas e dos resultados materiais e simbólicos do trabalho de seus residentes. Esta habitação deve ser adaptada às necessidades físicas, psicológicas e econômicas de seus moradores, fazendo-os sentir confortáveis e seguros. Com isso, o sentimento de pertencimento e inclusão remete à habitação características para se tornar habitável.

Essa habitabilidade, por ser subjetiva, pode englobar o conceito de ambiência (adequação ambiental e sociocultural) e despertar a sensação de pertencimento e segurança gerada pelo acesso aos equipamentos e a serviços públicos pela comunidade em que a habitação está inserida.

Observando-se o conceito de habitação urbana, Buonfiglio (2018), em uma revisão de literatura, parte da ideia de uma necessidade natural e social, que passa a ser reconhecida como uma necessidade material, gerando a visão de habitação como demanda e, posteriormente, como mercadoria. A autora aborda o entendimento de habitação como uma condição social e econômica, ao discutir sobre déficit habitacional e sobre o conceito de moradia digna reconhecido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), como um direito social, válido para a população urbana e rural.

Já com relação ao conceito habitação para o ambiente rural, diversos são os conceitos e aplicações utilizados para expor uma situação: espaço construído e seu entorno (COHEN et al., 2011); elemento central do habitat rural, que serve como moradia e tem outras funções, como o armazenamento e o beneficiamento da produção (CARVALHO et al., 2017); espaço onde a função principal é ter a qualidade de ser habitável (MAGALHÃES et al., 2013), ou mesmo uma forma de reprodução social e cultural e de identidade política (DINIZ et al., 2017). No entanto, vale observar a definição de população rural dentro da ruralidade que suas formas peculiares de produzir e reproduzir a vida, em uma relação com a natureza, suscitam um ambiente com identidade territorial. Assim, aquela que inicialmente se considera como não urbana compreende as populações do campo, da floresta e das águas, com uma extensa cartografia social, como os assentados, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares, trabalhadores rurais assalariados, entre outros (DIAS et al., 2021).

Nesse cenário, o objetivo do presente trabalho é definir conceitos de habitação e habitabilidade a serem utilizados para comunidades rurais brasileiras, em estudos voltados à área da saúde ambiental.

METODOLOGIA

Essa pesquisa consiste em uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), modalidade de pesquisa que visa a entender e dar logicidade a um conjunto de documentos, verificando sua funcionalidade num dado contexto, sendo ela do tipo narrativa, por ser mais apropriada para sintetizar estudos para desenvolvimento ou avaliação de uma nova teoria objetiva (GALVÃO et al., 2019), tendo sido desenvolvida em quatro etapas.

Na primeira etapa foi adotada como base de dados a 'Busca Avançada' no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), delimitando artigos revisados por pares, a qualquer tempo. A *string* utilizada para a busca foi 'rural' AND 'habitação OR habitabilidade'. Buscaram-se artigos com conceitos escritos ou interpretados por diversos autores, do que seria habitação e habitabilidade, aceitando outros termos substitutivos, como: moradia, domicílio (intradomicílio e peridomicílio), casa, residência e unidade habitacional/domiciliar. Os títulos encontrados foram relacionados em uma planilha eletrônica, na qual também foram identificados: autor (es), ano da publicação e link de acesso.

Na segunda etapa, se realizou a leitura dos títulos e resumos, verificando-se a elegibilidade e considerando-se como critérios de inclusão: (1) trabalhos em que a habitação é considerada objeto do estudo ou fator determinante para o resultado da pesquisa, no contexto rural ou rural e urbano; (2) trabalhos em que se utiliza o termo habitabilidade no título, resumo e/ou corpo do texto, no contexto rural e/ou urbano; e como critérios de exclusão: (3) trabalhos realizados fora do Brasil ou que fizeram uso de informações do Brasil e de outro país; (4) trabalhos duplicados; (5) trabalhos realizados apenas no contexto urbano, com exceção dos que utilizaram o termo habitabilidade no título e/ou resumo; e (6) trabalhos em que a habitação não é objeto do estudo e/ou fator determinante para o resultado da pesquisa. Vale observar que, no contexto rural e urbano, foi considerado o artigo que definiu sua área de estudo como todo o município ou a nível de Brasil.

Na terceira etapa, realizou-se a leitura, na íntegra, dos artigos selecionados na etapa anterior, para confirmação ou não dos critérios de elegibilidade.

Na quarta etapa, houve uma releitura dos artigos selecionados na terceira fase, sendo complementada a planilha eletrônica com as demais informações, como: local da publicação; local de desenvolvimento do trabalho (área rural e/ou urbana); local do estudo (distrito, município, estado); tipologia da comunidade rural; objeto de estudo; objetivo; metodologia (escala de pesquisa e forma de coleta de dados); termos empregados substitutivos de 'habitação'; termos relacionados à 'habitação'; conceitos de 'habitação' previstos e/ou concluídos nos artigos; doenças correlacionadas ao conceito de 'habitação', a outros termos e a seus conceitos; conceito de 'habitabilidade'; resultados/considerações finais; informações complementares e link de acesso ao artigo. A partir das informações coletadas, analisaram-se os conceitos de habitação e habitabilidade nas variadas áreas do conhecimento e realidades rurais e urbanas, previstas nos artigos pesquisados, entre outras observações apresentadas na discussão do trabalho.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A primeira etapa da pesquisa foi realizada no mês de abril de 2021 e foram encontrados 888 artigos, dentre os quais foram selecionados 81 na segunda etapa, sendo que: 91,4% se enquadravam no critério (1); 2,5% nos critérios (1) e (2); 2,5% nos critérios (1) e (4); 3,7% no critério (2). Bem como, 30,9% foram desenvolvidos no contexto rural, 17,3% no contexto rural/urbano, 23,5% no contexto urbano e de 28,4% não se identificou, pelo título ou resumo, o contexto no qual o artigo estava inserido.

Na terceira etapa da pesquisa, fez-se a leitura integral dos 81 artigos para confirmação dos critérios de elegibilidade, o que resultou em 37 artigos. Estes seguiram para a quarta etapa, na qual as informações foram planilhadas, e se observaram publicações entre os anos de 1990 e 2020, em variadas áreas de conhecimento: 24,3% em saúde pública e/ou coletiva; 21,6% em doenças tropicais; 13,5% em ciências sociais e/ou humanas, assim como em arquitetura e urbanismo; 8,1% em geografia e áreas; 2,7% a 5,4% nas áreas de direito, ciências e/ou tecnologias do ambiente construído, ensino e educação, economia e agricultura, agroindústria e questões rurais (Figura 1).

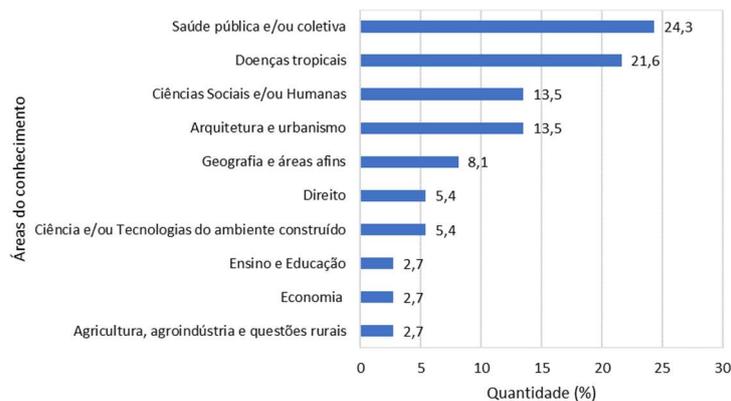


Figura 1: Distribuição por área de conhecimento das fontes de publicação dos 37 artigos analisados na quarta fase da pesquisa.

Dos 37 artigos, também se constatou que: 94,6% foram realizados na área rural; 35,1% tinham a habitação como objeto de estudo; em 64,9% a habitação era fator determinante para o resultado da pesquisa, e 18,9% faziam uso do termo 'habitabilidade'.

Observada a escassez de trabalhos que utilizam o termo habitabilidade, da mesma forma verificou-se que o número de artigos analisados (37) corresponde a 4,17% dos artigos encontrados inicialmente nessa pesquisa (888). Esse quadro remete ao alerta feito por Moreira et al. (2017) sobre a escassez de estudos na área de Habitação de Interesse Social Rural (HIS Rural), acreditando, o autor, ser um dos fatores motivadores o fato de a maioria das políticas públicas serem voltadas para a realidade urbana. Assim, em função da ausência de dados primários disponibilizados por instituições públicas em níveis federal, estadual e/ou municipal, pesquisas pontuais são realizadas para coleta de tais dados. Nesta pesquisa, notou-se que 29,7% dos artigos fizeram uso de dados exclusivamente primários para o delineamento dos seus estudos, 37,8% exclusivamente secundários e 32,4% primários e secundários.

Entre os dados primários: 82,6% utilizaram questionários, entrevistas (livres, semiestruturadas ou estruturadas) ou diálogo informal; 17,4% capturaram vetores de doenças tropicais; 13,0% coletaram sangue

ou fezes, e os demais fizeram medição de altura e peso, mapeamento de áreas ou análise observacional. Entre os dados secundários, foram utilizados: dados de estações meteorológicas, revisão bibliográfica, dados de outras pesquisas ou de instituições públicas, destacando 30,8% que fizeram uso de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrando a importância dos dados produzidos por órgãos públicos.

A pesquisa observou que 32,4% dos artigos retrataram as condições de comunidades de diferentes tipologias, sendo: comunidades quilombolas em 2,7%, ribeirinhas em 2,7%, indígena em 8,1% e assentamentos (rurais e rurais/urbanos) em 18,9%. Esses artigos apresentam discussões sobre a eficiência dos programas habitacionais quanto à inadequação das habitações à realidade das comunidades tradicionais, segundo seu modo de vida e cultura, e fazem uma relação do conceito de habitação com a sensação de pertencimento e identidade cultural (CORRÊA et al., 2020; DINIZ et al., 2017; DURÃES et al., 2016; RAUPP et al., 2020).

Destaca-se, também, o tema 'déficit habitacional', sendo discutido ou citado em 16,2% dos artigos como pré-requisito para a implantação de programas habitacionais, como consequência da pobreza, e/ou relacionado ao conceito de habitações precárias. Estas são construídas com materiais não duráveis, coabitações, domicílios improvisados e/ou habitações sem segurança fundiária (BURNETT, 2019; COHEN et al., 2011; COSTA et al., 2019; MOREIRA et al., 2017; MORIMITSU et al., 2014; SANTOS et al., 2016).

Algumas doenças foram relatadas ou mesmo consideradas objeto de estudo em 43,2% dos artigos analisados. Doenças infecto-parasitárias ou pulmonares, diarreia, lesões, envenenamento por chumbo, saúde mental e asma (5,4%) foram apenas citadas. O Baixo Peso ao Nascer (BPN), prematuridade, restrição de crescimento intrauterino (2,7%), desnutrição (5,4%), esquistossomose (2,7%) e malária (5,4%) foram objetos de estudo, todas relacionadas à infraestrutura das habitações e de saneamento. Ganha destaque a doença de Chagas (21,6%), que foi mencionada em artigos sobre déficit habitacional, Programa de Saúde da Família (PSF) e Programa Bolsa Família (PBF). Além disso, foi objeto de estudo em artigos que discorreram sobre sua ocorrência ou a de seus vetores, evidenciando-se a preocupação com as condições habitacionais, relacionadas ou não com as questões de saneamento, quando aplicado um conceito mais amplo de habitação e/ou habitabilidade.

A Habitação

O termo 'habitação' incita uma reflexão sobre seu conceito, podendo ser entendido como a ação de habitar ou como um bem, uma estrutura física utilizada como moradia, com características simples ou complexas, podendo considerar ou não o seu entorno. Dentro dessa realidade, a habitação vai-se apresentando com abrangência e interpretações variadas, fazendo surgir outros termos, como: moradia, casa, residência, domicílio (intradomicílio e peridomicílio) e unidade habitacional/ domiciliar.

Gama et al. (2013), no desenvolvimento de uma discussão sobre penhoralidade de bem de família, expressam o entendimento de habitação como ação de habitar, denominando o bem imóvel como casa, residência ou domicílio. Estes termos assumem então o conceito mais simples do bem 'habitação', que é o

de uma estrutura física, um local construído com material de longa duração (piso, teto e paredes), com acesso à água encanada e eletricidade. Neste local, pode ser exercida a ação de habitar e influenciar significativamente a educação, a saúde e a situação monetária de seus habitantes, uma vez que o conforto do ambiente em que residem interfere na produtividade do indivíduo (ALVES et al., 2009; COSTA, 2015; XIMENES et al., 2016).

Esse conceito de estrutura física é adotado em mais de 70% dos artigos pesquisados nesta RSL, independente do ano em que foi desenvolvido o estudo (BARRETO et al., 2020; BELLINI et al., 2016; CESAR et al., 1990; CURY et al., 1994; DURÃES et al., 2016; LANG et al., 2011; PEREIRA et al., 2000; RISSIN et al., 2011; ROVER et al., 2010; SANTOS et al., 2016). No entanto, quando uma discussão sobre programas de habitação de interesse social rural leva a refletir sobre a necessidade de adaptação da arquitetura das habitações projetadas à realidade do campo e às demandas dos trabalhadores rurais (MOREIRA et al., 2017), o conceito de habitação ganha visão mais abrangente e surgem outros termos para substituir ou interpretar sua complexidade.

Nessa linha de pensamento, Brosler et al. (2017), considerando habitação como estrutura física construída, discorrem sobre um espaço de reprodução da pessoa humana, com seu direito de morar e com custos acessíveis, denominando-o 'moradia'. Ao propor um indicador de mensuração para o grau de conquista do direito à moradia no meio rural, a partir das especificidades de moradia adequada definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), os autores relacionam a adequação da moradia ao provimento dos serviços essenciais, como o acesso à água encanada, sanitários ligados a fossas sépticas, energia elétrica e estrutura de saúde, educação, transporte e posse da terra. A moradia digna ou adequada abrange aspectos econômicos, sociais e culturais do território em que está inserida a habitação, tendo esta condições de habitabilidade e salubridade que garantam o desenvolvimento humano e o modo de vida das famílias (CHAVES et al., 2019).

Semelhante ao conceito de moradia digna ou adequada, Costa et al. (2019) definem habitação e não a consideram apenas como uma estrutura física, mas fazem uma relação com a inclusão social dentro do contexto do trabalhador do campo, entendendo a obtenção da casa como uma ressignificação da existência do indivíduo. Ao confirmarem as características ambientais, econômicas e socialmente sustentáveis do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), segundo a visão dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF) e da Caixa Econômica Federal (CEF) do município de Nova Olinda/CE, envolvidos na implementação do programa, os autores reconhecem a habitação como um local de moradia que comporta o indivíduo em toda sua complexidade. Esta, ainda, quando bem estruturada, estimula relações de trabalho, parceiras e saudáveis, e a redução do êxodo rural.

Outrossim, Corrêa et al. (2020) perceberam na possibilidade de melhorar a qualidade da habitação, um sentido de valorização pessoal e a influência no desejo de permanência na comunidade, em um estudo de caso sobre a eficiência do PNHR, realizado na Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha de Torotama, no município de Rio Grande – RS. Os autores descobriram a existência de uma consciência e percepção ambiental, além de sentimentos de identificação e pertencimento, nos integrantes dessa comunidade,

dentro de um contexto habitacional denominado 'moradia camponesa', unidade espacial e física na qual acontecem trabalho, lazer e interação comunitária e social. As características atribuídas à habitação, que levam a entendê-la como reflexo do modo de habitar de seus residentes e a assumir funções além da moradia, como o auxílio ao desenvolvimento das atividades produtivas (CARVALHO et al., 2017), constituem um cenário comum às comunidades tradicionais rurais e, segundo Magalhães et al. (2013), configuram o conceito de habitação do ponto de vista sociológico e cultural.

Na Comunidade Negra Rural Quilombola Porto Dom João, localizada em região de mangue, no município de São Francisco do Conde-BA, a habitação é muito mais que um local de moradia, é uma forma de reprodução social, econômica e cultural. Por isso, constroem suas habitações não apenas para habitar, mas como espaços para o desenvolvimento e apoio de suas atividades de subsistência, como pesca, mariscagem e agricultura. No contexto de retaliações vivido por esta comunidade, devido ao conflito de terras com fazendeiros da região e da tentativa de realocação da comunidade para casas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Diniz et al. (2017) perceberam que a habitação é reconhecida como um elemento de estratégia de luta pela permanência no território.

Nesse contexto, a realidade rural pode levar a uma interpretação adversa de habitação quando comparada à realidade da habitação urbana. Marinho et al. (2017), ao investigarem as características sociodemográficas de indígenas que residiam em domicílios considerados "particulares improvisados", segundo o conceito adotado pelo IBGE no censo 2010, observaram que a quantidade de indígenas em domicílios considerados improvisados (3,3 por mil) é duas vezes maior que a da população brasileira em geral (1,5 por mil), deduzindo que, o que para o recenseador do IBGE é considerada improvisação, para o indígena é um modo de organização sociocultural da habitação, sendo a maioria coletiva e construída com materiais rústicos.

A realidade das casas indígenas também pode levar a discussões como a desenvolvida por Raupp et al. (2020) que, ao fazerem um comparativo dos dados dos censos 2000 e 2010, verificaram que os indígenas continuam a apresentar piores condições no tocante à infraestrutura de saneamento, estando susceptíveis às doenças infecto-parasitárias. No mesmo viés, Azeredo et al. (2007) avaliaram as condições de habitação e saneamento de participantes do Programa de Saúde da Família (PSF) das áreas rural e urbana de Teixeira-MG, utilizando o conceito de habitação sob o ponto de vista do ambiente, em que se constitui um espaço de construção e desenvolvimento da saúde da família, denominando-o habitação saudável.

Apresentado por Cohen et al. (2007), e novamente discutido em 2007 e 2011, ao abordarem a construção de espaços saudáveis como estratégia para a promoção da saúde, o conceito de habitação saudável envolve dimensões culturais, econômicas, ecológicas, sociológicas e da saúde humana, em uma ação de *habitat* em um espaço físico, e sua inter-relação com o entorno. Logo, uma vez que o ambiente e o entorno saudável suscitam ao saneamento, segundo Cohen et al. (2011), este conceito acaba por englobar a definição de salubridade ambiental constituída por Braga et al. (2022), que consiste na 'situação de saúde que determinada população goza em decorrência das condições socioeconômicas e ambientais em que vive' e que remete a um outro ponto de vista apresentado por Magalhães et al. (2013): o ponto de vista sanitário.

Neste, o conceito de habitação é abordado sob dois enfoques: um se refere às condições de saneamento, considerando-se os serviços básicos indispensáveis para qualificar um domicílio, e o outro é sobre a condição de moradia como aspecto decisivo na ocorrência de doenças, como a doença de Chagas (DC), contando-se o material utilizado na construção e o acesso à eletricidade. A exemplo, na região de Pontal de Paranapanema, em 2007 e 2008, foram realizados, respectivamente, uma avaliação da infestação de triatomíneos e um diagnóstico da DC em assentamentos e reassentamentos rurais. Encontrou-se um nível de soropositividade alto, levando-se em conta os dados disponíveis para o estado de São Paulo e para o Brasil até 2008, além de um maior número de exemplares de triatomíneos nos reassentamentos quando comparados aos encontrados nos assentamentos. Os autores acreditam que esse número pode estar relacionado ao transporte passivo dos insetos, a partir do local de origem para o novo ambiente, como por meio dos anexos, como os galinheiros, que constituem seu peridomicílio (SILVA et al., 2007; SILVA et al., 2008), termo comumente utilizado em estudos na área de saúde coletiva e doenças tropicais, cuja ocorrência foi relacionada às condições de infraestrutura das habitações, como malária e doença de Chagas (GODOY et al., 2007; PEREIRA et al., 2000; SILVA et al., 2006a; 2006b; 2007; SILVA et al., 2008; TOLEDO et al., 1997). O peridomicílio é considerado o entorno da habitação/domicílio, constituído pelo espaço e pelos anexos nele existentes. Nestes estudos, também foi encontrado o termo intradomicílio, que define o interior da habitação (SILVA et al., 2006a; 2006b; SILVA et al., 2008). Sendo assim, a unidade domiciliar é constituída pelos espaços do intra e peridomicílio. Vale ressaltar um termo trazido por Silva et al. (2006a), que subentende a área externa à unidade domiciliar, denominada pelo autor como extradomicílio.

Na pesquisa realizada, pôde-se observar que o ambiente rural demanda à habitação uma arquitetura com tamanho e espaços adequados ao modo de vida social e laboral de seus residentes. Assim, sugere-se, para o contexto de trabalhos na área de saúde ambiental, o entendimento de 'habitação rural' por toda estrutura dentro dos limites da propriedade, abrangendo a casa construída (intradomicílio) e seu entorno, incluindo os seus anexos (peridomicílio).

A Habitabilidade

O termo habitabilidade foi encontrado na literatura pesquisada, em artigos desenvolvidos entre os anos de 2007 e 2019, sendo seu conceito definido de formas distintas pelos autores. Alguns adotaram normas, outros analisaram as condições habitacionais, abrangendo somente a área interna, e outros também a área externa da habitação.

Dentro de uma discussão na área da saúde coletiva, o conceito de habitabilidade é apresentado a partir da relação de habitação saudável com promoção da saúde. A Organização Mundial de Saúde (OMS), desde 1992, reconhece a habitação saudável como ferramenta para a promoção à saúde, e um dos marcos iniciais dessa relação foi a criação do Centro de Saúde na Habitação, em Buffalo/Nova York, no ano de 1982. Por meio deste, se difundiu o conceito de higiene do meio, levando a estudos em diversos países, que passaram a desenvolver uma relação de saúde com as condições biopsicossociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais da habitação (COHEN et al., 2007). Nessa discussão teórica, com o intuito de incentivar

a criação de espaços saudáveis através de políticas públicas, os autores realizam uma inter-relação da qualidade do ambiente construído e de seu entorno, incorporando, entre outros conceitos, os de habitabilidade urbana e habitabilidade da unidade habitacional. Estes se constituíram ao se abordar o conceito de habitação saudável no viés do urbanismo.

O conceito de habitabilidade urbana entende a habitação com o sentido amplo de pertencimento, usufruto e direito à cidade, de forma democrática, solidária, justa e inclusiva. É um conceito voltado à condição social do indivíduo, considerando-se a possibilidade de usufruto da rede de infraestrutura urbana e o acesso a equipamentos públicos, com segurança e qualidade. Já o conceito de habitabilidade da unidade habitacional está relacionado à estrutura predial e ao conforto do ambiente (luminosidade, conforto térmico e acústico, condição tátil, segurança e salubridade domiciliar), tendo em conta a satisfação das necessidades físicas, psicológicas e socioculturais do indivíduo (COHEN et al., 2007), se aproximando, em alguns aspectos, do conceito da Norma de Desempenho das Edificações Habitacionais, NBR 15575/2013 (ABNT, 2013). Ao propor a construção de edificações habitáveis, a norma apresenta o conceito de habitabilidade resultante de uma relação de interação do indivíduo com sua unidade habitacional, e considerando a estanqueidade, os desempenhos térmico, acústico e lumínico, a funcionalidade e acessibilidade, o conforto tátil e antropodinâmico e as boas condições de saúde, higiene e qualidade do ar, evitando a proliferação de microrganismos ou poluentes na área interna e garagem, da edificação (ABNT, 2013).

Cohen et al. (2011) retomaram o conceito de habitabilidade da unidade habitacional ao abordarem fatores necessários para um plano de ação na construção de políticas públicas saudáveis no âmbito habitacional. Definindo-o como um padrão de habitabilidade, é apresentado como um promotor do bem-estar físico, mental e social, atribuindo à habitação requisitos mínimos que garantam a qualidade do espaço, da vida e do convívio harmônico (conforto físico, térmico, acústico e visual, livre de umidade e de intensa poluição etc.), necessários ao ato de morar, fazendo uma interligação com demandas culturais e comportamentais da sociedade.

Nesse contexto, Brosler et al. (2017) apresentaram o conceito de habitabilidade como uma das diretrizes da ONU para um direito à moradia adequada. Com o intuito de elaborar um indicador de mensuração do grau de conquista do direito à moradia no meio rural, uma das variáveis criadas para a análise estatística foi a de 'habitabilidade e adequação', com base no conceito de habitabilidade do Relatório Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Segundo os autores, a ONU define habitabilidade como a caracterização da moradia que garante boas condições de proteção contra fatores de risco à saúde e à vida das pessoas (situação climática, incêndios, desastres ambientais, entre outros fatores), o tamanho e a quantidade de cômodos condizentes com a quantidade de moradores e espaços adequados para lavar roupas, armazenar e cozinhar alimentos. Vale observar que a aplicabilidade do conceito de habitabilidade realizado por Brosler et al. (2017) ocorreu em área rural, assim como o de Moreira et al. (2017), que retomaram os conceitos de habitabilidade da ONU e da ABNT ao discorrerem sobre habitação de interesse social rural, e Burnett (2019), quando citou o termo habitabilidade na conclusão de seu artigo. Ao apontar a necessidade de revisão do padrão construtivo e arquitetônico das habitações do Programa Nacional de

Habitação Rural (PNHR), posto que o produto interfere em frágeis sistemas sociais, o autor dá a entender que habitabilidade é a adaptação da habitação à realidade e necessidades socioeconômicas e culturais dos seus residentes, com materiais construtivos de qualidade e regulação fundiária, conforto ambiental e espaço físico adequado para todos os residentes.

Uma outra forma de entender habitabilidade foi relacionando-a a *déficit* habitacional. Em um levantamento de dados quantitativos das regiões e dos estados brasileiros e do município de Guarapuava-PR, utilizando-se por base o IBGE e a Fundação João Pinheiro, Morimitsu et al. (2014) fizeram uma análise do déficit habitacional e dos imóveis vagos, relacionando os números encontrados à renda familiar e ao 'uso da terra urbana'. Nesta discussão, em que consideram déficit habitacional por ausência de moradia, habitações insalubres ou improvisadas, coabitação ou mesmo habitações construídas com materiais de pouca duração (madeira aproveitada, taipa não revestida, palha ou outro material de durabilidade inferior), os autores comentam sobre a incerteza da qualidade e da real condição de habitabilidade dos imóveis vagos existentes no Brasil, como possibilidade de suprir o déficit habitacional existente no país. Semelhante ao percebido na revisão bibliográfica realizada por Lopes et al. (2017) para discutir o plano diretor de dois municípios piauienses, na qual também citam o termo e subentendem habitabilidade como a condição dada a habitação de ter adequada infraestrutura e estar fora de áreas insalubres ou de risco. Neste ínterim, percebe-se que o conceito de habitabilidade, assim como o de habitação saudável, remete a uma análise da condição de salubridade ambiental, segundo o conceito de Braga et al. (2022) anteriormente citado.

Ainda, em um documento elaborado, em 1938, pela Comissão Americana de Higiene da Habitação, citado por Santos (2013), há quatro categorias nas quais se caracteriza a salubridade da habitação: necessidades fisiológicas fundamentais (iluminação, calor, resfriamento, espaço, pureza do ar, ambiente tranquilo); necessidades psicológicas fundamentais (privacidade, espaço adequado, limpeza, paz de espírito); proteção contra o contágio (de doenças, vermes, esgoto, água contaminada, a superlotação, a deterioração de alimentos) e proteção contra acidentes (quedas, incêndios, queimaduras, gás, choque elétrico, colapso da estrutura, tráfego de automóveis). Essas características de salubridade recordam as exigências do conforto ambiental e estrutural e a higiene da habitação apresentadas no conceito de habitabilidade da NBR 15.575/2013 e da ONU (ABNT, 2013; BROSLER et al., 2017; MOREIRA et al., 2017).

A habitabilidade se faz compreensível, uma vez em que cabe à habitação a condição de ser habitável, sendo influenciadora da saúde psicossocial e física do indivíduo. Em trabalhos na área da saúde ambiental, a habitabilidade engloba as condições de estrutura e higiene, dentro e no entorno da habitação, e o acesso aos serviços e equipamentos públicos, entre eles o saneamento, de maneira igualitária, com segurança e qualidade. Na construção do conceito de habitação rural proposto nesta RSL, é lembrado que a condição de aglomerados das residências rurais e o seu modo de vida diretamente ligado ao trabalho exigem um olhar diferenciado entre a realidade urbana e rural e o que pode ser considerado habitável para a realidade do campo. Portanto, o conceito concluído para 'habitabilidade rural' consiste nas características que garantem à habitação rural a condição de ser habitável, sendo ela construída e revestida com material de boa qualidade e longa duração, em lugar seguro e salubre, com arquitetura adequada à quantidade de indivíduos que nela

residem e às necessidades e realidades econômica, laboral, social e cultural desses residentes, com acesso a equipamentos e serviços públicos de educação, saúde, saneamento, transporte, segurança e lazer.

CONCLUSÕES

Os conceitos de habitação e habitabilidade, direcionados para o ambiente rural e definidos nesta pesquisa, se complementam e subentendem a qualidade de vida do residente rural, podendo ser utilizados de forma individual ou associada.

No desenvolvimento da pesquisa, os artigos analisados apresentam pontos de vista sociológico, ambiental e sanitário para o conceito de habitação, denotando a necessidade de um olhar diferenciado para o que se pode definir como habitação rural quando comparado à realidade urbana. Com uma estrutura física multifuncional, a habitação rural não serve apenas como moradia e possui espaços para o desenvolvimento das atividades laborais, como os anexos para armazenamento de ferramentas e para a criação de animais, além de espaços que refletem o modo de vida e a cultura de seus residentes, dando-lhes uma sensação de pertencimento que pode influenciar a redução do êxodo rural e uma boa produtividade. Para isso, a habitação rural deve ter características que lhe conferem a condição de ser habitável.

Já os conceitos de habitabilidade, embora discutidos nos contextos urbano e rural, envolveram aspectos estruturais e ambientais que, referidos à habitação rural e a seu entorno, permitiram construir o conceito de habitabilidade rural, sendo observadas as necessidades da realidade do campo. Assim, a habitabilidade rural atribui à habitação rural características de adequabilidade de sua arquitetura à quantidade de habitantes e às necessidades laborais, socioeconômicas e culturais de seus residentes, com salubridade, segurança e conforto, com acesso a equipamentos e serviços públicos de qualidade.

Com essa discussão, a pesquisa pretende contribuir para posteriores estudos na área da saúde ambiental e de áreas multidisciplinares, apresentando várias visões e entendimentos de habitação e habitabilidade, definindo o que consideram propício à realidade rural.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 15575**: Edificações Habitacionais - Desempenho. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

ALVES, J.; FIGUEREDO, A. M. R.; ZAVALA, A. A. Z.. Análise de Eficiência em Assentamentos Rurais no estado de Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v.11, n.21, p.75-97, 2009.

AZEREDO, C. M.; COTTA, R. M. M.; SCHOTT, M.; MAIA, T. M.. Avaliação das condições de habitação e saneamento: a importância da visita domiciliar no contexto do Programa de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.3, p.743-753, 2007. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1413-81232007000300025>

BARRETO, C. T. G.; TAVARES, F. G.; THEME FILHA, M.; FARIAS, Y. N.; PANTOJA, L. N.; CARDOSO, A. M.. Low birthweight, prematurity, and intrauterine growth restriction: results from the baseline data of the first

indigenous birth cohort in Brazil (Guarani Birth Cohort). **BMC Pregnancy and Childbirth**, Sacramento, v.20, p.748-766, 2020. DOI: <http://doi.org/10.1186/s12884-020-03396-8>

BELLINI, J. H.; STEPHAN, I. I. C.; GLERIANI, J. M.. Análise da desigualdade ambiental em Rio das Ostras-RJ, Brasil, por meio da técnica AHP (analytic hierarchy process). **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, v.38, p.82-106, 2016.

BRAGA, D. L.; SANTOS, S. L. D. X.; BEZERRA, N. R.; BERNARDINO, T. E. S.; MORAES, L. R. S.; MORAES, V. M.; PIZA, F. J. T.; TEIXEIRA, D. A.; SCALIZE, P. S.. Salubridade ambiental: conceituação e sua aplicabilidade. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v.27, n.3, 2022. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1413-415220210294>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: DOU, 1988.

BROSLER, T. M.; BERGAMASCO, S. M. P. P.. A conquista do

direito à moradia no meio rural; proposta de construção de um indicador. **Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Brasília, v.17, n.17, p.15, 2017. DOI: <http://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.05>

BUONFIGLIO, L. V.. Housing of social interest. **Mercator**, Fortaleza, v.17, p.16, 2018. DOI: <http://doi.org/10.4215/rm2018.e17004>

BURNETT, F. L.. Rural housing policy and peasant housing in maranhão. **Arquitetura Revista**, São Leopoldo, v.15, n.2, p.331-350, 2019. DOI: <http://doi.org/10.4013/arq.2019.152.07>

CARVALHO, A. W. B.; PAULA, N. E. S.; PEREIRA, D. A. G.. Programa Nacional de Habitação Rural e modo de morar no campo: reflexões a partir da casa rural na Zona da Mata mineira. **Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Brasília, v.17, n.17, p.15, 2017. DOI: <http://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.03>

CESAR, J. A.; VICTORIA, C. G.. Avaliando a Saúde Infantil em uma pequena comunidade: o estado de Itapirapuã, Vale do Ribeira, SP. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.6, n.4, p.455-467, 1990.

CHAVES, K. A.; MONZONI, M.; ARTUSO, L. F.. UHE Bello Monte: reassentamentos rurais, participação social e direito à moradia adequada. **Revista Direito GV**, São Paulo, v.15, n.2, 2019. DOI: <http://doi.org/10.1590/2317-6172201913>

COHEN, S. C.; BODSTEIN, R.; KLIGERMAN, D. C.; MARCONDES, W. B.. Healthy housing and healthy environments as a strategy for health promotion. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, 2007. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1413-81232007000100022>

COHEN, S. C.; KLIGERMAN, D. C.; BARCELOS, M. R. B.. Espaços saudáveis e sustentáveis, biossegurança e resíduos. **Revista Brasileira de Promoção à Saúde**, Fortaleza, v.24, n.3, p.274-283, 2011. DOI: <http://doi.org/10.5020/2082>

CORRÊA, F. G.; CHIARELLI, L. M. Á.. O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) como incentivo à permanência das famílias beneficiadas em suas comunidades de origem. **Revista Thema**, Pelotas, v.17, n.1, p.135-150, 2020. DOI: <http://doi.org/10.15536/thema.V17.2020.135-150.1650>

COSTA, M. F. B. F.; COSTA, C. T. F.; GRANGEIRO, R. R.; ALENCAR, G. S. S.. Habitação Rural e Desenvolvimento Regional Sustentável: o Programa Nacional de Habitação Rural em Nova Olinda/CE. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v.8, n.3, p.379-396, 2019. DOI: <http://doi.org/10.21664/2238-8869.2019v8i3.p379-396>

COSTA, R. F. R.. Testando as relações entre as carências sociais nos espaços rurais. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.341-360, 2015.

CURY G.; SALLES, P. G. O.; REIS, M. C. W.; REGO, V. M.; ARNDT, A. W.; SOUZA FILHO, C. B. A.; MOREIRA, H. B.; ABREU, M. S.; LEITE, P. M. G.. Prevalência da esquistossomose mansoni e de parasitoses intestinais em escolares da área rural do município de Jaboticatubas, MG, 1992-1993. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v.27, n.4, p.217-220, 1994. DOI:

<http://doi.org/10.1590/S0037-86821994000400003>

DIAS, A. P.; CARNEIRO, F. F.. Saúde das populações do campo, das florestas e das águas. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C.. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p.676-682.

DINIZ, E. L.; GERMANI, G. I.; MACHADO, S. M. M.; MOREIRA, P. A. M. S.. Comunidade negra rural quilombola Porto Dom João: a habitação no contexto do conflito por terra. **Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Brasília, v.17, n.17, 2017. DOI: <http://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.08>

DURÃES, R. G. S.; NEY, V. S. P.. Questão agrária e desenvolvimento Rural: condições de habitação e infraestrutura dos domicílios rurais do assentamento Antônio de Farias no município de Campos dos Goytacazes. **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.138-159, 2016.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M.. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.57-73, 2019. DOI: <http://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>

GAMA, G. C. N.; MARÇAL, T. B.. Penhoralidade do Bem de Família 'Luxuoso' na perspectiva civil-constitucional. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.240-256, 2013. DOI: <http://doi.org/10.12957/rqi.2013.11778>

GODOY, I.; MEIRA, D. A.. Soroprevalência da infecção chagásica em moradores de municípios da região de Botucatu, Estado de São Paulo. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v.40, n.5, p.516-520, 2007. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0037-86822007000500005>

LANG, R. M. F.; ALMEIDA, C. C. B.; TADDEI, J. A. A. C.. Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de dois anos de famílias de trabalhadores rurais Sem Terra. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.7, p.3111-3118, 2011. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800011>

LOPES, W. G. R.; LIMA, A. J. L.; VIANA, B. A. S.; RODRIGUES NETO, E. X.; NOGUEIRA, R. H. N.. Reflexões sobre o Plano Diretor como Instrumento de Gestao em Municípios Brasileiros. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v.1, n.30, p.145-168, 2017. DOI: <http://doi.org/10.12957/geouerj.2017.28340>

MAGALHÃES, K. A.; COTTA, R. M. M.; MARTINS, T. C. P.; GOMES, A. P.; BATISTA, R. S.. A habitação como determinante social da saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no programa Bolsa Família. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.22, n.1, p.57-72, 2013. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0104-12902013000100007>

MARINHO, G. L.; CALDAS, A. D. R.; SANTOS, R. V.. Indígenas residentes em domicílios: 'Improvisados' segundo o censo demográfico 2010. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.79-102, 2017. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0103-73312017000100005>

MOREIRA, F. R.; SILVA, R. D.. Habitação de Interesse Social Rural na região metropolitana de Maringá, PR: avaliação pós-ocupação. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.17, n.3, p.235-253, 2017. DOI: <http://doi.org/10.1590/s1678-86212017000300173>

MORIMITSU, J. C. B.; SILVA, M.. Quantificação do Déficit Habitacional em diferentes escalas espaciais no Brasil: Guarapuava/PR e o contexto nacional. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v.31, p.7-28, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v31i0.29523>

PEREIRA, Y. N. O.; REBÊLO, J. M. M.. Espécies de Anopheles no município de Pinheiro (Maranhão), área endêmica de malária. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v.33, n.5, p.443-450, 2000. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0037-86822000000500006>

PERRIN A. G.; FERREIRA, T. L.. Casa Suindara: formação, experimentação e construção no habitat rural. **Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Brasília, v.17, n.17, 2017. DOI: <http://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.09>

RAUPP, L.; CUNHA, G. M.; FÁVARO, T. R.; SANTOS, R. V.. Sanitation conditions of indigenous and nonindigenous households in Brazil according the 2000 and 2010 national censuses. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, n.10, p.3753-3763, 2020. DOI: <http://doi.org/10.1590/1413-812320202510.04602019>

RISSIN, A.; FIGUEIROA, J. N.; BENICIO, M. H. D'A.; BATISTA FILHO, M.. Retardo estatural em menores de cinco anos: um estudo 'baseline'. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.10, p.4067-4076, 2011. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1413-81232011001100012>

ROVER, O. J.; MUNARINI, P. R.. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.13, n.2, p.260-269, 2010.

SANTOS, A. V.; SILVA, M. A. S.. Avaliação de características habitacionais de domicílios rurais em recortes territoriais sergipanos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.54, n.1, p.109-130, 2016. DOI: <http://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005401006>

SANTOS, E. C.. **Avaliação dos níveis de salubridade em edificações multifamiliares de interesse social na cidade de**

Campina Grande-PB. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

SILVA, A. R.; TAUIL, P. L.; BASTOS JÚNIOR, J. L.; MATOS, W. B.; COSTA, E. A. P.; GONÇALVES, E. G. R.. Aspectos da transmissão focal de malária na Ilha de São Luís, Maranhão. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v.39, n.3, p.250-254, 2006a. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0037-86822006000300004>

SILVA, R. A.; GOLDENBERG, P.. Doença de Chagas em Porto Letícia, São Paulo: um estudo comparativo no Pontal de Paranapanema. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v.41, n.6, p.621-627, 2008. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0037-86822008000600013>

SILVA, R. A.; SAMPAIO, S. M. P.; KOYANAGUI, P. H.; POLONI, M.; CARVALHO, M. E.; RODRIGUES, V. L. C. C.. Infestação por triatomíneos em assentamentos e reassentamentos rurais na região do Pontal de Paranapanema, Estado de São Paulo. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v.40, n.5, p.527-532, 2007. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0037-86822007000500007>

SILVA, R. A.; WANDERLEY, D. M. V.; DOMINGOS, M. F.; YASUMARO, S.; SCANDAR, S. A. S.; PAULIQUÉVIS JÚNIOR, C.; SAMPAIO, S. M. P.; TAKAKU, L.; RODRIGUES, V. L. C. C.. Doença de Chagas: notificação de triatomíneos no Estado de São Paulo na década de 1990. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v.39, n.5, p.488-494, 2006b. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0037-86822006000500013>

TOLEDO, M. J. O.; KÜHL, J. B.; SILVA, S. V.; GASPERI, V.; ARAÚJO, S. M.. Estudo sobre triatomíneos e reservatórios silvestres de *Trypanosoma cruzi* no estado do Paraná, Sul do Brasil. Resultados preliminares. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v.30, n.3, p.197-203, 1997. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0037-86821997000300005>

XIMENES, V. M.; MOURA JÚNIOR, J. F.; CRUZ, J. M.; SILVA, L. B.; SARRIERA, J. C.. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.21, n.2, p.146-156, 2016. DOI: <http://doi.org/10.5935/1678-4669.20160015>

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – **Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03)** detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.

Todas as obras (artigos) publicadas serão tokenizadas, ou seja, terão um NFT equivalente armazenado e comercializado livremente na rede OpenSea (https://opensea.io/HUB_CBPC), onde a CBPC irá operacionalizar a transferência dos direitos materiais das publicações para os próprios autores ou quaisquer interessados em adquiri-los e fazer o uso que lhe for de interesse.



Os direitos comerciais deste artigo podem ser adquiridos pelos autores ou quaisquer interessados através da aquisição, para posterior comercialização ou guarda, do NFT (Non-Fungible Token) equivalente através do seguinte link na OpenSea (Ethereum).

The commercial rights of this article can be acquired by the authors or any interested parties through the acquisition, for later commercialization or storage, of the equivalent NFT (Non-Fungible Token) through the following link on OpenSea (Ethereum).



<https://opensea.io/assets/ethereum/0x495f947276749ce646f68ac8c248420045cb7b5e/44951876800440915849902480545070078646674086961356520679561157867075476127745/>